

O COMPONENTE CURRICULAR “PROJETO DE VIDA” NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS PARA O NOVOENSINO MÉDIO- O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NA ESCOLA PÚBLICA MINEIRA

Alessandro Furtado Pacheco¹
Antonio Flavio Barbosa Moreira²

RESUMO

A escola pública vem sofrendo ataques diversos quanto à elaboração de seus currículos. É importante, portanto, debruçar sobre a Lei nº 13415/2017, promulgada em momento histórico de crise econômica, com reflexos imediatos nos documentos norteadores que se endereçam às secretarias de educação. Na ocasião em que a massa trabalhadora é confrontada com reformas que implicam sucessivas perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, o conjunto de diretrizes que abrangem a educação traz consigo a implementação de uma reforma no ensino médio nacional. Isso se dá com significativa ruptura do modelo anterior e com apresentação de um modelo inédito, que valoriza o aluno como alguém capaz de empreender em um mundo caracterizado pelo desemprego estrutural e pela carestia. Nessa toada, o componente curricular “Projeto de Vida” apresenta-se como base para as reflexões dos estudantes num contexto em que, como atividade central, devem se preparar para as vicissitudes do neoliberalismo, que se expressam no estímulo à competitividade e ao individualismo. A partir disso, este estudo de abordagem qualitativa-interpretativa é realizado metodologicamente por meio de pesquisa documental em que se faz uma análise do Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio, de forma a verificar extratos do texto com base no contexto histórico, político e ideológico de sua elaboração e junto a aspectos neoliberais que permeiam a confecção e a aplicação do documento. A pesquisa se desenvolve com apoio de autores como Freitas (2018), Libâneo (2012), e em Dardot e Laval (2016), no sentido de aprofundar o debate sobre a educação como via para o aprofundamento do neoliberalismo. A participação do autor da pesquisa evidencia, no documento analisado, características de um constructo teórico em acordo com normas curriculares que visam a conduzir os sujeitos envolvidos no processo educacional a reproduzirem a ideologia empresarial e neoliberal nas escolas públicas de Minas Gerais. Palavras-Chave: Novo Ensino Médio, Neoliberalismo, Projeto de Vida.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 13415/2017, relativa à reforma do Ensino Médio, sancionada no governo de Michel Temer (31/08/2016 – 01/01/2019), propôs alterações significativas na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, a partir do fomento de escolas de tempo integral, da oferta de Itinerários Formativos e da expansão da carga horária do Ensino Médio para 3000 horas. Com a aplicação da nova legislação, passam a ser ofertados conteúdos curriculares cujos aspectos evidenciam maior possibilidade de ingresso no Ensino Superior para um grupo seletivo

¹ Mestrando do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis, alefurt@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade de Londres e professor titular da Universidade Católica de Petrópolis, afmcju@gmail.com.

de estudantes, enquanto a outro grupo é ofertada a condição do desenvolvimento de competências que atendam às necessidades exigidas pelo mercado de trabalho.

Nesse sentido, é válido reforçar que a Lei nº 13415/2017 em vigor busca promover a reestruturação do currículo do Ensino Médio, de forma que as atividades de Formação Geral Básica sejam ministradas em 1800 horas, e as disciplinas que entram no corpo de Itinerários Formativos apresentem sua organização curricular disposta em 1200 horas. Com base na resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDBA, é instituída (BRASIL, 2018) e propõe a unificação dos estudos por áreas do conhecimento com o intuito de dirimir a fragmentação por componentes curriculares. Nessa estrutura, os Itinerários Formativos, organizados em uma parte diversificada e flexível, intentam dinamizar o currículo, com a construção de partes dos saberes que conectem a realidade dos jovens às suas aptidões, interesses e objetivos.

Junto aos itinerários formativos, o componente curricular Projeto de Vida passa a fazer parte da carga horária referente ao Novo Ensino Médio. Este componente se apresenta como condutor ao autoconhecimento do estudante, para que este tenha possibilidade estabelecer perspectivas para sua vida presente, assim como também para projetos futuros. Traduz-se, assim, certo ensejo sobre o preparo da vida do estudante diante de uma realidade incerta, mutável e suscetível a crises.

Considerando a temática descrita, este trabalho objetiva analisar pistas que sinalizam uma abordagem neoliberal de ensino no Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2020) e identificar se há impactos promovidos pelo componente curricular Projeto de Vida no processo de desenvolvimento do estudante do Novo Ensino Médio na rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais.

A abordagem qualitativo-interpretativa será utilizada neste trabalho, com o propósito de elucidar extratos do documento titulado “Currículo Referência de Minas Gerais”, na área em que apresenta o componente curricular Projeto de Vida. Os aspectos decorrentes da análise serão investigados junto a referencial bibliográfico que se estende a respeito do avanço de políticas neoliberais introduzidas em documentos norteadores a serem aplicados em instituições educacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em meio a polêmicas e conforme sua implementação, a Lei nº 13415/2017 angariou críticas de vários setores da sociedade. À medida em que as unidades federativas brasileiras se adequam para a aplicação da lei, organizações e coletivos conscientes das modificações em prol de um mercado de trabalho que absorve trabalhadores precarizados, estudantes e sindicatos de professores se mobilizam a fazer questionamentos, até mesmo por conta da verticalização do referido projeto de lei. Por isso, uma consulta pública é realizada pelo Ministério da Educação (MEC) no período de 09 de março a 06 de julho de 2023. A caracterização desse evento, de acordo com pronunciamentos do ministro da educação Camilo Santana, do Partido dos Trabalhadores (PT), se dá em acordo com uma maior democratização, já que vários sujeitos se envolveriam ao responder um formulário disponível em um site referente à Consulta Pública para o Ensino Médio.

Como os Itinerários Formativos ocupam, a princípio 1200 horas dentro dos Currículos Referências elaborados pelas Secretarias de Educação de todos os estados brasileiros, os componentes curriculares clássicos devem ser encaixados nas restantes 1800 horas em que são distribuídos. Mas, para além das disciplinas básicas que já existiam anteriormente, o componente Projeto de Vida alcança um papel preponderante diante das considerações diversas que açambarcam os documentos norteadores. A partir da inserção desse componente, a orientação de reflexões a respeito de perspectivas da vida dos estudantes passa a acontecer, sempre conjugada às opções de conteúdos da parte flexível que são introduzidas no cotidiano escolar.

Portanto, em consonância com o panorama conjuntural a que a classe trabalhadora se insere no mundo contemporâneo, torna-se importante desenvolver observações a respeito da reforma a que as redes educacionais são submetidas. As formas como as escolas se apresentam ao mundo, referenciando currículos que são elaborados e necessitam serem mantidos para manutenção do *status quo*, demonstram a intrínseca relação entre a educação e o setor econômico da sociedade, de forma que a reprodução da sociedade dividida em classes sociais, típica do sistema capitalista, é perpetuada.

Dessa maneira, a Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº13415/2017 não se coloca na realidade conjuntural brasileira como um acontecimento destituído de valores que amparam todo o arcabouço sociocultural de um determinado momento histórico. Pelo contrário, instala-se como parte de um processo hegemônico diante de um mundo capitalista imerso em uma crise econômica e, para reerguer os grandes monopólios, faz-se necessário o lançamento de medidas que repercutam na vida dos trabalhadores e retirem destes os direitos básicos, alcançados em anos de lutas e reivindicações.

Então, o conceito de controle social torna-se importante para a implementação de medidas que visam aprofundar a desigualdade, enquanto grupos dominantes exercem seu poder sobre as camadas precarizadas de trabalhadores, sem ter que apelar a mecanismos abertos de dominação. (Apple, 2006). As noções que adentram as instituições, como as escolas, são arraigadas de conceitos que tendem a perpetuar relações estabelecidas entre membros componentes das estruturas sociais, que exercem papéis determinados em suas respectivas classes sociais. É importante destacar que as relações entre pessoas e ideologias se dão de forma dialética e que o resultado se manifesta no controle de hábitos e comportamentos encetados por indivíduos. Assim argumenta Apple (2006, p.38):

O controle das escolas, do conhecimento e da vida cotidiana pode ser, e é, mais sutil pois admite até situações aparentemente inconsequentes. O controle está investido dos princípios constitutivos, dos códigos e, especialmente, da consciência e das práticas do senso comum que atuam de maneira subjacente em suas vidas, além de também estar investido da divisão econômica e da manipulação explícitas.

Enquanto são instituídos parâmetros que são internalizados em consonância com padrões aceitos socialmente, os mecanismos inseridos culturalmente devem impedir a desestruturação da sociedade capitalista, uma vez que esta existe e se reproduz com a intenção de manter as diferenças entre classes sociais. Portanto, é necessário compreender o porquê de, em momento de aprofundamento de crise econômica, um projeto como o Novo Ensino Médio seja apresentado às instituições escolares brasileiras por agentes que participam do cenário político econômico do país.

Compreender o motivo pelo qual o componente curricular “Projeto de Vida” se apresenta para as instituições educacionais mineiras parece ser essencial também no entendimento a respeito do avanço de políticas públicas que ensejam desenvolver habilidades sociais e cognitivas nos estudantes do ensino médio e, a partir da leitura e de reflexões sobre o documento norteador da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, pode-se apreender hipóteses que caminhem no sentido de maior compreensão sobre a institucionalização do projeto a ser desenvolvido no segmento do ensino médio nas escolas públicas mineiras.

Dessa forma, o presente texto pretende, preliminarmente, refletir sobre a reforma do Ensino Médio, a partir da Lei nº 13.415/2017, no que diz respeito aos seus respectivos objetivos e a uma concepção neoliberal de ensino no Currículo Referencial de Minas Gerais a partir do componente curricular Projeto de Vida.

Enquanto órgãos inseridos no sistema capitalista reprodutor de desigualdades, as escolas não se apresentam como empreendimentos neutros, mas como “poderosos agentes na reprodução cultural e econômica das relações de classe de uma sociedade estratificada como a nossa” (Apple, 2006, p. 42). Dessa forma, haverá sempre uma intencionalidade para que ocorra a manutenção da ideologia hegemônica. O papel do professor crítico, nessa situação, deve ser portar-se ao lado daqueles que estão em desvantagem. Qual será, então, a escola de ensino médio pretendida a partir da implementação do Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio? De que maneira o componente curricular Projeto de Vida passa a se inserir no cotidiano da sala de aula para os adolescentes mineiros? Através de análises de alguns trechos do referido documento, é possível realizar algumas ponderações.

Assim, o texto do documento supracitado (Minas Gerais, 2020, p. 310):

De modo a satisfazer essas diretrizes, o ideal é que o componente curricular Projeto de Vida seja trabalhado desde os anos finais da etapa do Ensino Fundamental, sendo progressivamente aprofundado e consolidado ao longo do Ensino Médio. A partir dessa estratégia os estudantes devem participar de atividades de autoconhecimento, bem como de análise do contexto no qual vivem, a fim de preparar-se para o mundo de hoje e de amanhã.

Enquanto instituição que objetiva a formação do indivíduo, a escola estabelece as orientações que, na verdade, são diretrizes para o aluno aprofundar no seu autoconhecimento. Outrossim, análises devem ser desenvolvidas para que no roteiro de estudos estejam localizados os devidos projetos que serão desenvolvidos pelos alunos no presente e no futuro.

A escola no mundo neoliberal, caracterizado pela real impossibilidade de elaboração de planos e projetos para um futuro cada vez mais desconhecido e incerto, abre mão dos conhecimentos e conteúdos pertencentes aos saberes acumulados pela humanidade, para uma escola em que a interação humana e o aprendizado de perspectivas humanistas estejam inseridos no currículo. Tais propósitos, apregoados por organismos internacionais como UNICEF e Banco Mundial, relacionam-se às condições de sobrevivência e se caracterizam como aprendizagens úteis para a vida. Segundo Libâneo (2012, p. 18): “Em síntese, a aprendizagem transforma-se numa mera necessidade natural, numa visão instrumental desprovida de seu caráter cognitivo, desvinculada do acesso a formas superiores de pensamento”.

Dando sequência ao documento referencial para o currículo do Ensino Médio em Minas Gerais, há a seguinte proposição:

Um projeto de vida legítimo só pode ser construído levando em consideração todos esses elementos. Assim, a escola desponta como um lugar privilegiado para tal exercício de pensamento e planejamento. A partir da curiosidade e do poder de questionamento inatos à condição juvenil é possível explorar as quatro áreas do conhecimento do currículo e as trilhas dos Itinerários Formativos com mais propriedade e sentido, auxiliando os jovens a compreenderem suas aspirações e as possibilidades de alcançá-las. Salientamos que o projeto de vida propicia tanto a ampliação do capital cultural dos estudantes quanto abre um leque de discussões sobre a entrada no mercado de trabalho – favorecendo, assim, escolhas saudáveis, sustentáveis e éticas. Isso porque o projeto de vida está ancorado em competências que auxiliam os estudantes a pensarem de forma crítica, a desenvolver a criatividade e, sobretudo, a agir de forma responsável no mundo. (MINAS GERAIS, 2018, p. 311).

O trecho acima engendra um ambiente desafiador e crítico no Ensino Médio. Até mesmo considera tal ambiente como privilegiado e estimulante para o desenvolvimento de postura e consciência críticas. Nota-se sobremaneira, uma ruptura com o currículo em vigência anterior, em que os componentes disciplinares tradicionais ocupavam a grade curricular. É como se acontecesse uma súbita virada, em face aos caracteres sociais e econômicos que subjazem a organização social em um mundo profundamente neoliberal. Como afirma Laval (2019, p.78) “A sociedade salarial, no entanto, está desaparecendo e as dimensões institucionais e coletivas da relação salarial, desmoronando”. Nada mais necessário, então, do que reformular aspectos referentes ao currículo. A formação cultural é, então, substituída por uma nova organização em que a aprendizagem não se encerra nem se adquire com conteúdos escolares, mas que ocorre no decorrer da vida. Desenvolve-se um estímulo ao individualismo, ao mesmo tempo em que são apregoados ideais que enfraquecem as lutas coletivas. Assim, propalar ideais em consonância a um projeto que estimule o estudante a construir seu futuro, em detrimento da assimilação dos conteúdos construídos pela humanidade, coaduna com a construção de um mundo permeado pela responsabilidade individual e pela competição entre as pessoas.

Enquanto o trecho delega ao sujeito sua ação responsável no mundo, o estímulo ao sucesso individual torna cada um semelhante a uma “empresa”, diante dos processos que acometem o mundo das relações e do trabalho contemporâneos. Os trabalhadores, na conjuntura neoliberal, estão suscetíveis às flutuações constantes do mercado junto à ameaça de desemprego em acordo com a insegurança instilada aos assalariados. Tudo isso acontece em um cenário caracterizado por formas de emprego precárias e temporárias, junto à facilidade cada vez maior para demitir (Dardot e Laval, 2016).

No decorrer do texto do documento analisado, observa-se a seguinte orientação (Minas Gerais, 2018, p. 313):

Por fim, é indiscutível o fato de que o projeto de vida é exclusivamente do estudante e, por isso mesmo, intransferível: deve ser pensado, arquitetado e ulteriormente executado unicamente por ele – mesmo que seja constituído a partir de influências diversas, como conselhos de familiares ou reflexões e discussões orientadas na escola.

Enquanto o currículo apresenta componentes que estimulam o individualismo e responsabilizam a pessoa, a lógica da conjuntura neoliberal se faz viva e presente por todo o tempo e a realidade se impõe como um mercado perene. Assim discute Freitas (2018), quando aponta para o desenvolvimento de um imaginário social com os caracteres empresariais, mas em que cada um é gestor de si mesmo. Consequentemente, a competição se coloca como forma possível de organização social.

METODOLOGIA

A questão que fundamenta esta pesquisa e o campo de conhecimento científico a que ela se vincula, a educação, possibilita selecionar a abordagem qualitativa-interpretativa como a metodologia mais adequada para desenvolver o percurso investigativo deste estudo. Sobre isso, Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) destacam que “A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” Em vista dos objetos aqui selecionados, a abordagem qualitativa possibilita a “[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, a precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 32), como se observa na análise do documento Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio (Minas Gerais, 2020).

A fim de atingir, então, os objetivos propostos, foi selecionada a análise documental como procedimento metodológico que melhor justifica esta investigação e que se fundamenta no estudo de segmentos de texto do Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio (Minas Gerais, 2020) sob o viés crítico-reflexivo.

Para tal, é importante destacar que a análise documental, por meio de fontes escritas primárias, contemporâneas ou retrospectivas, tornar-se essencial para que se atinjam os objetivos propostos. Dessa forma, para Marconi e Lakatos, 2003, p. 178), os documentos a serem analisados

[...] constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional. O cuidado do pesquisador diz respeito ao fato de que não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados. Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para tomá-lo utilizável

Esse procedimento, portanto, contribui para verificar as intenções propostas, para a sustentar as hipóteses levantadas, como também para promover a coleta de dados necessários que orientam o percurso investigativo desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante o estudo realizado a partir da análise do Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio (Minas Gerais, 2020), observa-se uma prospecção em torno de pressupostos neoliberais que contornam a educação mineira. O documento analisado prevê uma provável saída para os alunos de ensino médio: desenvolver suas subjetividades ao mesmo tempo em que elaboram seus projetos de vida. A arena a que todos estão expostos no mundo neoliberal aponta a competitividade como mote para a sobrevivência, de forma que cada um deve empreender sua luta individual diante de um futuro incerto. Os autores referenciados destacam a conjuntura que cria saída sempre em direção ao individualismo, em acordo com as rupturas com os projetos coletivos.

Os documentos que vigoram nas Secretarias de Educação mantêm a ótica neoliberal, em que a responsabilização individual tem o caráter pujante. Como os direitos sociais são destruídos, perfaz-se a luta inegável e diária, já que a maior parcela da classe trabalhadora se vê num ambiente de desproteção e em que sua saída é aceitar as imposições do Estado. Conforme saliente Freitas (2018, p. 24):

Neste caminho, o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado, e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo. Empurrado pelas alterações nas regras das relações trabalhistas, o livre mercado passa a ser a única possibilidade de que ele exercite a sua “liberdade” de ser bem sucedido -em confronto com seus semelhantes-sem interferências do Estado (e dos sindicatos). Ao eliminar direitos sociais, transformando-os em “serviços a serem adquiridos”, o neoliberalismo derruba a proteção social, que tornou o trabalhador mais exigente (e mais caro) frente ao empresário- exatamente por contar com proteção social do Estado (p. Ex. Saúde, educação, previdência, leis trabalhistas). Desprotegido, o trabalhador acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado.

??????

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa descrita, faz-se importante desenvolver uma reflexão assim como uma busca pelas secretarias de educação do país, a fim de destacar os referentes aspectos que significam destituir os currículos escolares de seu viés crítico e reflexivo. A partir dos currículos referência, pode-se constatar o caminho neoliberalizante percorridos pelos formuladores dos documentos, que caminham em acordo com as políticas educacionais mundiais, que visam inserir os indivíduos em um contexto de competição exacerbada, como se esta fosse a única saída para a sobrevivência na concorrência do livre –mercado. Assim, faz-se necessário angariar discussões diversas, em ambientes educacionais e com toda a comunidade que forma essas instituições, de maneira que se mobilizem indivíduos em prol da construção de uma Educação, de fato, emancipadora.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.1, p.13-28, 2012.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio. Belo Horizonte, MG: SEE-MG, 2020. Disponível em:

<https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acessado em 10 set. 2024.